

ENTREVISTA

Cristian Brayner

Pós-doutor em História, doutor em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Ciência da Informação e graduado em Biblioteconomia. É ex-diretor do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura

1 Você é o idealizador do projeto Biblioteca da Diversidade. Conte-nos sobre suas motivações e percepções ao tratar dessa temática?

O Brasil é terra minada para a comunidade LGBTI. Além de batermos o recorde mundial de assassinatos contra homossexuais e transexuais, adotamos uma série de estratégias simbólicas, algumas muito nossas, destinadas a eternizar a marginalização social desses indivíduos.

Primeiramente nos valemos da velha e poderosa estereotipia, fonte do riso debochado e supostamente desprezioso contra a “bicha” e o “sapatão”, pondo sob certo nível de controle as massas de corpos refratários. O problema, diga-se de passagem, não é a gargalhada, mas a pasteurização tacanha do objeto de alegria ou escárnio. O riso subjuga a multiplicidade de questões envolvendo gênero e orientação sexual, tornando, com um único chiste, o terreno seguro e exclusivo para os ditos “normais”. Em outras palavras, sob a forma de gracejo, gracejo unívoco e totalizante, é dificultado aos LGBTIs firmarem sua identidade dentro de um leque riquíssimo de modos de vida. A piada, nesse território simbólico, é quase sempre tirana.

Segundo, o devocionismo à cordialidade, renunciado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*,¹ mitiga a nossa homofobia diária. É assim que parlamentares e gente do povo, ao mesmo tempo que combatem, ferozmente, na vida e nas redes sociais, a pretensão dos homossexuais exercerem direitos já garantidos aos heterossexuais, rebatem, ofendidíssimos a alcunha de homofóbicos. Para isso, alegam cultivar certo nível de aproximação com esses “tipos diferentes”,

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936. R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 2, p. 60-65, jul./dez. 2017.

que decoram as salas de suas casas e pintam o cabelo de suas mulheres. A profilaxia dupla a que são submetidos – violência física e simbólica destinada a impedir a visibilização nas esferas públicas de poder – segue atrelada a um quadro performático destinado a estabelecer espaços exclusivos na esfera privada para “viados” e “travecos”, e que servirão de argumento para negar qualquer denúncia de que são tratados marginalmente.

Dessa constatação dolorosa, observada no curso dos anos, surgiu a ideia da Biblioteca da Diversidade. Embora não compartilhe com a ideia do escritor inglês Neil Gaiman² de que todas “as bibliotecas são a estreita linha vermelha entre a civilização e a barbárie” – sabemos que no curso do último século, todos os regimes políticos, sejam estes democráticos ou ditatoriais, financiaram bibliotecas, desde as suntuosas bibliotecas nacionais, livres de nódoas de contradição histórica, às salas de leitura disciplinar nos *gulags* e campos de concentração nazistas –, acredito que a biblioteca pode se converter num espaço privilegiado e consciente de narrativas múltiplas que, ao serem confrontadas, cria uma liga para a elaboração de pautas envolvendo os direitos políticos, civis e, evidentemente, sociais. Dentro desse contexto, a cidadania somente é assegurada se o exercício dos afetos não for negado ou demarcado.

A Biblioteca da Diversidade nasce, assim, como projeto destinado a problematizar essas questões, reconhecendo, preliminarmente, que o elemento configurador do ser humano é a diversidade. De modo algum a Biblioteca almeja se converter num espaço *vip*, exclusivo para “entendidos”. O que se pretende é que ela atue como contraponto à cultura da violência, travestida, tantas vezes, de cordialidade, deslocando as questões sociais e políticas da esfera pessoal para a arena pública. Desse modo, a política de favores, trazida em migalhas à mesa dos marginais, se transformará em direito efetivado.

² GAIMAN, Neil. **Libraries on the front lines**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UA819uJ_CgU>. Acesso em: 21 mar. 2018.
R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 2, p. 60-65, jul./dez. 2017.

2 Quais os desafios que temos na formação de profissionais de informação conscientes de sua responsabilidade ética e social no que tange às lutas contra a homo e a transfobia na sociedade?

Preliminarmente, devemos reconhecer que o conjunto de discursos configuradores de nossas bibliotecas sempre esteve atrelado a uma *episteme* particular da época. Portanto, embora seja tentador incorrer no imaginário de Jorge Luis Borges³, que a concebia como reflexo celeste, nossas mãos estão permanentemente chafurdadas na lama dos saberes e das verdades.

Dessa constatação podemos repensar as modalidades de relação que cultivamos. A Biblioteconomia herdou, juntamente com todos os outros saberes modernos, uma concepção ontológica de sujeito universal, não historicizado. Ainda hoje bebemos da água oferecida por Descartes. Mas do outro lado da fonte, Lévinas⁴ oferece, humildemente, sua cuia, afirmando que “a essência da razão não consiste em assegurar ao homem um fundamento e poderes, mas em pô-lo em questão [...].” E que interrogação seria essa? Ouso dizer que Foucault⁵ já a teceu: “Quem somos neste preciso momento da história?” (tradução nossa). Engana-se quem pensa se tratar de uma discussão meramente filosófica, com pouca aplicação no mundo das bibliotecas. A dificuldade ou desinteresse em se discutir as implicações éticas na oferta de produtos e serviços de informação justifica o baixo investimento orçamentário destinado às bibliotecas, seja no Brasil ou fora dele. Neste mês de março, sete das 24 bibliotecas do condado de East Sussex, no sudeste da Inglaterra, cerraram suas portas. As visitas e os empréstimos caíram 40% em 10 anos no Reino Unido, berço das bibliotecas públicas.⁶ Com a medida, o governo economizará 653 mil libras, que serão investidas na alfabetização. Em outros termos, as bibliotecas perderam seu caráter dialógico.

No que se refere à comunidade LGBTI, a situação se torna mais gravosa, já que suas necessidades, sequer, são atendidas pelas bibliotecas brasileiras. Há

³ BORGES, Jorge Luis. Poema de los dones. In: TAPSCOTT, Stephen (Ed.). **Twentieth century Latin America poetry**: a bilingual anthology. Austin: University of Texas Press, 1996. p. 146.

⁴ LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1980. p. 75.

⁵ FOUCAULT, Michel. Le sujet et le pouvoir. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994. v. IV, p. 231.

⁶ EAST Sussex council closes seven libraries. **BBC News**, London, 6 Mar. 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-england-sussex-43303795>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 2, p. 60-65, jul./dez. 2017.

bibliotecas que se recusam, inclusive, a tratar as mulheres e homens trans por seu nome social, e as ferramentas que adotamos na seleção, processamento técnico e disseminação dos acervos não atendem às expectativas deste grupo social. O desafio, portanto, é enorme.

3 Você foi diretor do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (LLLB) do Ministério da Cultura como avalia a conjuntura das políticas públicas para esse segmento? E a importância da diversidade sexual na constituição dessas políticas públicas.

Parece-me que o acanhamento das políticas públicas destinadas à comunidade LGBTI é fruto amargo da negação do problema social. De fato, impera em muitos setores do país a ideia de que programas, ações e atividades em prol desse grupo não se justificam por não haver, de fato, um quadro de conflito ou de desequilíbrio. Não por acaso, o governo federal deixou de produzir, desde 2014, o *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil*. Evita-se a sublevação destes corpos a partir da negação sistematizada das práticas de violência a que são acometidos.

O que nos resta é o exercício da intransigência frente a essas estratégias de silenciamento. Já dizia Deleuze⁷, reportando-se ao pensamento foucaultiano: “O poder investe (os dominados), passa por eles e através deles, apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os afeta.” Portanto, o mecanismo é conhecer o estado da arte das narrativas, denunciado, ao mesmo tempo, os relatórios suspensos e os estudos lacunosos, bem como as teses apaziguadoras da violência a que somos submetidos.

Vale a pena, ainda, ressaltar, que na luta política pela liberdade, é sempre arriscado cairmos na armadilha de alçarmos um conjunto de práticas vinculadas aos afetos à forma ideal de vida. Portanto, é necessário nos desdobrarmos de cuidados para não incorremos no equívoco de abstrair e impor um modo de vida em detrimento de tantas outras. Seria lamentável que, na condição de habitantes das periferias do poder institucionalizado, estabelecêssemos estratégias de poder

⁷ DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 37.

disciplinar junto àqueles que compartilham a mesma condição de marginalidade, impondo a eles taxonomias disciplinares fundamentadas em verdades ontológicas.

4 Comente sobre a importância da atuação do/a bibliotecário/a na luta por políticas públicas para o LLLB.

Não creio que estejamos à margem do que se é decidido no país em relação ao livro, leitura, literatura e biblioteca. Tenho presenciado representantes de conselhos, associações e sindicatos transitando nas altas rodas sociais do mercado editorial e, não raramente, em gabinetes da Esplanada dos Ministérios. Portanto, o desprestígio social reinante da profissão não tem representado, concretamente, uma ameaça à participação no jogo político. O que me interessa e, até certo ponto, me preocupa, é o modo com que decidimos participar na construção destas narrativas forjadas na arena pública, inclusive quanto aos tipos de lances que estabelecemos com as outras peças do tabuleiro.

Recorro ao verbo “decidir” porque a Biblioteconomia brasileira pode, pela sua própria condição de profissão regulamentada há mais de cinco décadas, exercer pressão e protagonismo nas instâncias formais de poder. Em outros termos, não creio que o atual quadro social, compreendido pela maioria como pouco favorável às bibliotecas, se justifique nem pela não presença no jogo em curso, nem tampouco por uma pretensa inabilidade por parte do bibliotecário com os assuntos espinhosos da política.

O desafio, portanto, a ser enfrentado, não é a letargia. Nosso problema tem nome: personalismo. Sérgio Buarque de Holanda⁸ já o apontava: “[...] é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.” De herança ibérica, ele impede estabelecer uma fronteira clara entre o público e o privado, onde o sujeito esperto, chamado por Candido⁹ de “malandro”, entre intimidades junto aos que mandam, moqueja do formalismo esperado.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936. p. 146.

⁹ CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 51.
R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 2, p. 60-65, jul./dez. 2017.

É a “ética de fundo emotivo”¹⁰ que nos livra de nossas obrigações, inclusive as estabelecidas em lei. É o personalismo, por exemplo, que justifica a inexistência de políticas de atendimento e desenvolvimento de coleções, transformando a biblioteca pública em coisa nossa. É este mesmo personalismo que valida, com requintes de tartufice, o descumprimento da lei por parte da Fundação Biblioteca Nacional em relação ao depósito legal e à produção da bibliografia nacional. É o personalismo, pateticamente binário, que motivou nossos aplausos quando a biblioteca do Ministério da Cultura foi invadida e queimada por manifestantes contrários ao *impeachment*. É o mesmo personalismo que pode nos impedir de sentar à mesa com representantes do atual governo para estabelecermos parâmetros para as bibliotecas escolares de nosso país. Talvez tenhamos que aprender, tanto nos bancos de nossas Escolas de Biblioteconomia, quanto fora deles, que o melhor investimento para as nossas bibliotecas é lidar com questões políticas fora da esfera pessoal. Processo doloroso e libertador.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de “cordialidade”. *Ide*, São Paulo, v. 31, n. 146, p. 5, jun. 2008.
R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 2, p. 60-65, jul./dez. 2017.